

Encontro Nacional de Educação (ENACED) e Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

XXII ENACED – II SIEPEC

Eixo Temático: Educação e Formação de Professores.

UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DAS NORMATIVAS RELACIONADAS AO ENSINO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL NO PERÍODO PANDÊMICO DE 2020 A 2021: Entrelaces com a perspectiva de Paulo Freire

Débora Fabiane Santana Pereira¹
Adriana Marques de Oliveira²

RESUMO

Este trabalho buscou investigar acerca da realidade pandêmica vivenciada no período de 2020 a 2021 a Educação Básica da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul nas normatizações publicizadas pela Secretaria de Educação deste referido Estado. Neste contexto, as atividades dos professores da rede de ensino de Mato Grosso do Sul, tiveram suas atividades pedagógicas modificadas, acarretando assim, na suspensão das aulas presenciais nas redes públicas e estaduais, visando minimizar o impacto de contaminação pelo vírus COVID-19, conforme as normativas e orientações publicizadas. Objetivamos dialogar com os pressupostos teórico-metodológicos de Paulo Freire no intento de entretecer conceitos adjacentes ao período vivenciado, tendo como base: o levantamento preliminar e a codificação. A construção do material empírico foi obtida através dos materiais publicizados em Decretos e Normativas e disponibilizados pela Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul. A análise deste material foi realizada por meio da Análise Textual Discursiva no aprofundamento e na compreensão dos fenômenos, contribuindo no processo de análise das informações expressas nos documentos. Assim, foi delimitado e iniciado o processo de desconstrução dos textos por meio de leitura e releitura desde material empírico. Tivemos 3 (três) unidades de significados, as quais foram reorganizadas em duas categorias

¹ Graduanda pelo Curso de Licenciatura em Química da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, Segunda Licenciatura em Pedagogia da Universidade da Grande Dourados – UNIGRAN, pós-graduanda em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, deborafabiane_quimica@hotmail.com;

² Graduada pelo Curso de Licenciatura em Química da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, Mestrado em Ensino de Ciências pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Doutora do Programa de Pós-Graduação Educação para Ciência da Unesp, Campus de Bauru, adrianamarques@ufgd.edu.br;

intermediárias e uma categoria final. Os pressupostos teórico-metodológicos que embasaram essa proposta mostraram-se um potente instrumento para discussão e reflexão na/sobre formação de professores/as neste cenário pandêmico. Diante do cenário pandêmico vivenciados nos anos de 2020 e 2021 pode-se notar o quanto os professores tiveram que replanejar e adequar suas aulas ante a pandemia.

Palavras-chave: Paulo Freire, pandemia, normatizações.

INTRODUÇÃO

Desde 2020, o mundo vem acometido pela pandemia da Covid-19. Neste contexto, as atividades pedagógicas foram abruptamente mudadas, o que acarretou na suspensão das aulas presenciais nas escolas.

Nesse cenário de pandemia, os/as professores/as tiveram que mudar bruscamente sua forma de ensinar. Mudaram as abordagens metodológicas no formato remoto e emergencial no intuito de continuar a jornada educacional adotando as tecnologias como uma aliada, como por exemplo, youtube, Google Classroom e o Google Meet. Contudo, a utilização dessas ferramentas possibilitou a “escolarização”. Vale ressaltar que esta foi uma tentativa emergencial para que o ensino não fosse interrompido (MOREIRA, HENRIQUES, BARROS, 2020).

Diante desta realidade, este trabalho adveio da situação agravante do contexto pandêmico. Partindo desta premissa, o objetivo geral deste trabalho foi investigar acerca da realidade pandêmica vivenciada no período de 2020 a 2021 a Educação Básica da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul nas normatizações publicizadas pela Secretaria de Educação deste referido Estado.

O diálogo na perspectiva de Paulo Freire e a pandemia: algumas sinalizações

No que condiz o ano de 2020, a Covid-19, provocada pelo novo Coronavírus, assolou povos, culturas em diferentes regiões do planeta. Devido a esse contexto, há/houve necessidade de refletirmos sobre o tipo de sociedade que almejamos em nosso presente e futuro, uma vez que esse vírus letal conseguiu, em curto tempo, dar grande visibilidade às desigualdades sociais, ao qual produzimos.

Diante disto, o diálogo com a perspectiva freiriana pode possibilitar discussões para o contexto vivenciado no período pandêmico de 2020 a 2021. A sua estruturação teórico-prática

pode desvelar elementos para pensarmos acerca do papel da escola e dos/das professores/as, no enfrentamento do cenário pandêmico.

Na obra *Pedagogia do Oprimido*, Freire (2005) nos sinaliza de forma propositiva sobre a importância e a relevância do diálogo. Neste sentido, é abordado o embasamento teórico para a construção dialógica, a qual pode ser um dos caminhos que abrange possibilidades sobre as práticas pedagógicas docentes mais humanizadas e ou emancipadoras.

Dialogar com Freire, em busca de/em compreender de forma mais ampla a respeito do cenário sanitário-político-educacional com que enfrentamos, nos possibilita a praticar “[...] uma pedagogia da esperança, que por meio da educação, da escola, da formação docente mantenha a luta permanente por uma sociedade mais justa, mais solidária e menos excludente” (ARAUJO; TAVARES, 2003, p. 136).

ABORDAGEM METODOLÓGICA

Este trabalho é de natureza qualitativa. Para tanto, ancoramos principalmente na perspectiva dos autores Moraes e Galliazzi (2016).

Partindo desses embasamentos teóricos da pesquisa qualitativa e das discussões tecidas por Moraes e Galliazzi (2016) é que desenvolvemos a nossa investigação. A constituição do material empírico foi a partir da análise documental das normativas publicizadas em sites oficiais do Governo Federal e Diário Oficial de Mato Grosso do Sul³.

A Análise Textual Discursiva (ATD), pode partir de textos já publicados em que a pesquisa qualitativa visa o aprofundamento e compreensão dos fenômenos que investiga partindo de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação, ou seja, não há pretensão de testar hipóteses a serem comprovadas ou refutadas ao final da pesquisa, mas sim a compreensão.

A fase da compreensão do material empírico constitui um momento importante para o pesquisador bem como para pesquisa de cunho qualitativo, pois esta pode ser compreendida

³ Para consultar a legislação e normas para o ensino na Educação Básica em decorrência da pandemia de covid-19, acessar as seguintes páginas: <
<http://www.cee.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/Di%C3%A1rio-Oficial-decreto-15393.pdf>>

como sendo um processo de auto-organizado, sendo uma construção da compreensão, em que novos entendimentos emergem em uma sequência considerada recursiva com três componentes sendo eles, a desconstrução dos textos do corpus, a unitarização, estabelecendo relações entre os elementos unitários, e por fim, a categorização.

Neste contexto, inicialmente buscamos todos os documentos que foram publicizados pela Secretaria do Estado de Educação. Foram 3 (três) Decretos, os quais foram lidos e relidos para compor a primeira fase de análise, qual seja a unitarização. Tivemos 3 (três) unidades de significados, as quais foram reorganizadas em duas categorias intermediárias e uma categoria final. A categoria final disserta sobre o metatexto, no qual foi entretecido pelas unidades de significado, pelo diálogo recorrente de Paulo Freire e pelas percepções das pesquisadoras.

A ATD vem se mostrando como um recurso teórico-metodológico rico nos estudos em que as abordagens de análise necessitam estudo e interpretação.

Normatização publicizadas no período pandêmico de 2020 a 2021: em foco o ensino das escolas públicas do Estado de Mato Grosso do Sul

No ano de 2020 surgiu a pandemia da Covid-19, cujo vírus - um inimigo invisível e mortal - provocou milhares de mortes. A sigla da Covid-19, remete ao Corona Vírus Disease e o respectivo número 19 indica pertencer o ano de 2019, cujo surgimento dos primeiros casos da doença na cidade de Wuhan – China (BRASIL, 2020).

O presente vírus faz com que a pessoa acometida tenha infecções respiratórias aguda provocada pela SARS-CoV-2, observadas em pacientes com quadro de pneumonia de causas desconhecidas e potencialmente grave, de alta transmissibilidade e de distribuição global (BRASIL, 2020). Devido a esses fatores, foram aplicadas diversas medidas para estar evitando o contágio. Seguindo a recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) os países tiveram que adotar restrições, como por exemplo, o isolamento social e o distanciamento físico, evitando-se assim, o contágio e disseminação deste vírus.

Posteriormente a essa declaração dada pela OMS, decretando estado pandêmico em 11 de março de 2020, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul teve que adotar algumas medidas para tentar conter a disseminação do vírus, apresentado pelo Decreto de n.º15.391:

Dispõe sobre as medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, para a

prevenção do contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (SARS-CoV-2), no território sul-mato-grossense (MATO GROSSO DO SUL, 2020, p. 2).

Posteriormente o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul publicizou o Decreto de n.º15.395, de 17 de março de 2020, complementando o Decreto de n.º15.391, que diz respeito as atividades educacionais que consta no Art. 2º-A:

Considerando o Decreto N° 15.393, de 17 de março de 2020, que acrescenta o art. 2º-A ao Decreto n° 15.391, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, para a prevenção do contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), no território sul-mato-grossense (MATO GROSSO DO SUL, 2020, p. 2).

No que tange as atividades educacionais contido no Art. 2º-A:

Ficam suspensas as aulas presenciais nas unidades escolares e nos centros de Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, no período de 23 de março a 6 de abril de 2020, sendo que o período de 18 a 20 de março de 2020 será de adaptação para a comunidade escolar (MATO GROSSO DO SUL, 2020, p. 2).

Conforme o Decreto citado acima, as escolas não ofertaram o ensino de forma presencial e nem remoto, sendo, portanto, todas as atividades educacionais suspensas a partir da data citada sendo que nos primeiros dias foram reservados para adaptação da comunidade escolar.

Considerando o cenário vivenciado, a SED/MS fez informe as escolas cujo o ensino deveria ser reconfigurado diante do tal cenário, publicizando a resolução/SED de n.º3.745, de 19 de março de 2020 que regulamenta o Decreto de n.º15.391, de 16 de março de 2020, e a oferta de Atividades Pedagógicas Complementares nas Unidades Escolares e Centros (MATO GROSSO DO SUL, 2020, p. 2).

Ou seja, as atividades e conteúdos seriam realizadas através de Atividades Pedagógicas Complementares (APC), em que o/a professor/a desenvolve o papel de orientador/a e ou facilitador/a, promovendo o ensino para os/as estudantes.

Orientações/sugestões de como poderiam ser desenvolvidos os conteúdos para o ensino médio:

Os conteúdos previstos na APC poderão ser desenvolvidos por meio de atividades diversas, tais como projetos, relatórios, pesquisas, preparação de seminários, estudos dirigidos, estudos de caso, observações, vídeo aulas, podcasts, web Quest, formulários, lista de exercícios, aplicativos e plataformas, na forma off-line e/ou on-line (MATO GROSSO DO SUL, 2020, p. 3).

O Governo do Estado juntamente com a Comissão Estadual Provisória de Volta às Aulas, o qual contou com membros da Secretaria de Estado de Educação (SED), Secretaria de Estado de Saúde (SES), Procon/MS, Conselho Estadual de Educação (CEE), Governo do Estado, Undime/MS, Crie/MS, Sinepe, Sintrae, Fetems, Associação das Instituições Particulares de Ensino de Campo Grande, MPMS, Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, PGE/MS, Assembleia Legislativa de MS, TCE/MS, Assomasul e Consep/MS, elaboraram um protocolo caso as aulas presenciais pudessem ser retomadas, cujo documento está dividido em quatro eixos centrais, sendo eles: biossegurança, cognitivo, socioemocional e o normativo.

Com passar do tempo e vacinação em massa, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, fez uma análise para que as aulas pudessem voltar a serem presenciais de forma segura, através da Resolução/SED n.º3.885, de 9 de julho de 2021. Neste documento, as aulas seguiriam de forma escalonada em que o escalonamento teria como referência as bandeiras descritas nessa resolução. Também foi publicado um “protocolo de volta as aulas”, cujo documento continha todas as medidas de biossegurança, cognitivo, normativo e socioemocional.

Aproximando-se ao final do ano de 2020, a Direção, gestão escolar, funcionários/as e professores/as fizeram a análise e estudos dos protocolos exigidos pela SED para a possível retomada das atividades presenciais. Por fim, o ensino remoto durou até o ano letivo de 2021, até meados do mês de julho, após o Governo do Estado analisar o avanço da vacinação e a

queda de números de casos decorrentes no estado, optou-se então na retomada das atividades escolares presencialmente em formato de escalonamento de acordo com a CI de n.º991 SUPED/SED, de 13 de julho de 2021:

As aulas retornaram presencialmente no formato de escalonamento, conforme as bandeiras descritas na Resolução/SED de n.º3.885, de 9 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial de n.º10.568, de 12 de julho de 2021: I – Grau extremo – Bandeira Cinza: até 30% (trinta por cento) dos estudantes em sala; II – Grau alto – Bandeira Vermelha: até 50% (cinquenta por cento) dos estudantes em sala; III – Grau médio – Bandeira Laranja: até 70% (setenta por cento) dos estudantes em sala; IV - |Grau tolerável – Bandeira Amarela: até 90% (noventa por cento) dos estudantes em sala; V – Grau baixo – Bandeira Verde: 100% (cem por cento) dos estudantes em sala (BRASIL, 2021).

As referidas bandeiras foram utilizadas de referência para determinar a quantidade de estudantes presentes de forma simultânea nas salas de aulas do programa Prosseguir.

No dia 04 de agosto de 2021, as atividades presenciais foram retomadas, porém, de forma híbrida (com alternância) e somente em 4 de outubro de 2021, as atividades retornaram em 100% (cem por cento) presenciais.

Neste ínterim, os professores/as atravessaram a pandemia cujo processo de ensino foi abruptamente transformado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já referimos na introdução desta pesquisa, a intenção foi de apresentar, de forma sucinta, as normatizações de caráter emergencial para a Educação no Estado de Mato Grosso do Sul, bem como foram organizados os ensinamentos no período de 2020 a 2021 de forma remota. No entanto, somente a leitura deste texto não é suficiente para perfazer uma transição do ensino remoto para a educação digital necessária. É preciso estudar muito mais.

Sabemos que as mudanças organizacionais são muitas vezes difíceis, surgindo-se assim, em contextos dolorosos, como é o caso, implicando em grandes desafios institucionais, pessoais e coletivos na adaptação de mudanças e na flexibilização na inovação.

Freire nos convida a refletir sobre a vida. A vida, cuja os tempos de pandemia tem se esvaído da humanidade em dimensões e amplitudes globais, refletindo em transformações complexas bem como incertezas dos rumos que as vidas que ficarem o tomarão, de que forma

passaremos a existir nas relações entre homens e a natureza, homens e o meio ambiente, homens e a produção do material de suas necessidades, como nas relações de consumo, de trabalho, de educação e principalmente de existir.

Outro ponto fundamental que destacamos foi que a ATD contribuiu com o processo de análise das informações expressas nos documentos, além disto possibilitou elencarmos outros argumentos que não estavam delineados. Percebemos que diante do contexto vivenciado na pandemia no período de 2020 a 2021, houve várias alterações através das normativas para que o ensino não fosse interrompido. Diante desse cenário, os/as professores/as tiveram que se (re) adequar, planejar suas respectivas aulas, aglutinando-as dentro de sua nova realidade.

Pensando nessa nova realidade, possibilitou uma transição dos/das professores/as e estudantes a realidade online, o que acarretou na transferência de metodologias e práticas pedagógicas típicas dos territórios físicos de aprendizagem, designado por ensino remoto de emergência. Vale ressaltar que essa forma possibilitou uma importante fase de transição no qual professores/as pode se transformar em youtubers, quando gravavam videoaula e utilizar ferramentas digitais, como, por exemplo, o Google Meet e a Plataforma Classroom disponibilizada pela Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul.

Essa nova metodologia de ensinar, foram utilizadas numa perspectiva meramente instrumental, o que reduziu as metodologias e as práticas a um ensino apenas transmissivo. Ao transitar por esse ensino remoto de emergência, vale a pena ressaltar em que na primeira fase, numa educação digital em rede de qualidade, sendo, portanto, mais que uma transposição de práticas presenciais, mas criar modelos de aprendizagem virtuais que possam incorporar processos de construção promovendo ambientes de aprendizagem colaborativos e construtivistas nas plataformas selecionadas pela rede de ensino (MONTEIRO; MOREIRA; ALMEIDA, 2012; MOREIRA, 2012; MOREIRA, 2018).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. S.; TAVARES, M. T. G. *Relendo Paulo Freire e ampliando o diálogo sobre alfabetização na contemporaneidade*. Revista da Fundação Educacional Rosemar Pimentel, Volta Redonda, v. 6, n. 34, p.134 -143, dez. 2003.

BRASIL, Ministério da Saúde. *Resolução N° 510*, de 2016. Brasília-DF, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde/COE/SVS. *Guia de Vigilância Epidemiológica Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional pela Doença pelo Coronavírus 2019*. Agosto/2020. Disponível em: <https://portalarquivos.saude.gov.br/images/af_gvs_coronavirus_6ago20_ajustes-finais-2.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2022.

BRASIL. SED MS. *Decreto N° 15.393, DE 17 DE MARÇO DE 2020*. CAMPO GRANDE-MS. Disponível em: <<http://www.cee.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/Di%C3%A1rio-Oficial-decreto-15393.pdf>>. Acesso em 10 de abril 2022.

BRASIL. SED MS. *Resolução/SED n. 3.745, de 19 de março de 2020*. CAMPO GRANDE-MS. Disponível em: <https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO10120_19_03_2020>. Acesso em 10 de abril de 2022.

BRASIL. SED MS. *Protocolo Volta às Aulas nas Escola Estaduais do MS*. CAMPO GRANDE-MS. Disponível em: <<https://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/Protocolo-de-volta-as-aulas-V8.pdf>>. Acesso em 10 de abril de 2022.

BRASIL. SED MS. *Acolhimento dos estudantes na rede estadual de ensino 2021*. Disponível em: <<https://www.sed.ms.gov.br/acolhimento-dos-estudantes-na-rede-estadual-de-ensino-2021/>>. Acesso em: 10 de abril de 2022.

BRASIL. SED MS. *CI SUPED/SED/00388/2021 de 13 de julho de 2021*. CAMPO GRANDE-MS. Disponível em: <<https://www.edoc.ms.gov.br/cioficio/subsystems/comum/pages/validarAutenticacao/consultarAutenticacaoComViewPdf.jsf?dswid=-4672>>. Acesso em 10 de abril de 2022.

BRASIL. SED MS. *CI SUPED/SED/00989/2020 de 19 de março de 2020*. CAMPO GRANDE-MS. Disponível em: <file:///C:/Users/loans/OneDrive/Documentos/TCC%20-%20Loan/CISOrient%C3%A7%C3%B5es%20APCS/CI_SUPEDSED009892020_EEPI_-EE_Princesa_Izabel.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2022.

BRASIL. SED MS. *CI SUPED/SED/00399/2021 de 13 de julho de 2021*. CAMPO GRANDE-MS. Disponível em: <<https://www.edoc.ms.gov.br/cioficio/subsystems/comum/pages/validarAutenticacao/consultarAutenticacaoComViewPdf.jsf?dswid=-4672>>. Acesso em 20 de abril de 2022.

BRASIL. SED MS. *CI SUPED/SED/00991/2021 de 13 de julho de 2021*. CAMPO GRANDE-MS. Disponível em: <

<https://www.edoc.ms.gov.br/cioficio/subsystems/comum/pages/validarAutenticacao/consultarAutenticacaoComViewPdf.jsf?dswid=-4672> >. Acesso em: 20 de abril de 2022.

COUTINHO, C. P. *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e Prática*. 2. ed. Coimbra: Edições Almedina, 2013.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

LUDKE, M.; André, M.E.D.A. (2017). *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. Rio de Janeiro: E.P.U.

MORAES, R. GALIAZZI, M. do C. *Análise Textual Discursiva*. 3 ed., Ijuí: Unijuí, 2016.

MOREIRA, J. A. M; HENRIQUES, S; BARROS, D. *Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia*. *Dialogia*, São Paulo, n. 34, p. 351-364, jan./abr. 2020.

MOREIRA, J. A. *Modelos pedagógicos virtuais no contexto das tecnologias digitais*. In: D. MILL; G. SANTIAGO; M. SANTOS; D. PINO (Eds.) *Educação a Distância. Dimensões da pesquisa, da mediação e da formação*. São Paulo: Artesanato Educacional, p. 37-54, 2018.

MONTEIRO, A.; MOREIRA, J. A.; ALMEIDA, C. *Educação online: Pedagogia e aprendizagem em plataformas digitais*. Santo Tirso: De Facto Editores, 2012.

MOREIRA, J. A. *Novos cenários e modelos de aprendizagem construtivistas em plataformas digitais*, In: MONTEIRO, A.; MOREIRA, J. A.; ALMEIDA, A. C. (Orgs.). *Educação Online: Pedagogia e Aprendizagem em Plataformas Digitais*. Santo Tirso: De Facto Editores, p. 29-46, 2012.